

OPERAÇÃO TENTÁCULO

Juiz aplica pena mínima aos fiscais Sandra Maria de Andrade Santos e Sami Kuperchmit por cobrança indevida de imposto. O Ministério Público quer que os dois percam os cargos no GDF

Audidores condenados a três anos

MARCELO TOKARSKI

DA EQUIPE DO CORREIO

Dois anos depois de serem presos e acusados de chefiar uma quadrilha que extorquia empresários e cobrava propina para reduzir ou até extinguir dívidas tributárias de empresas com a Receita do Distrito Federal, os auditores fiscais Sônia Maria de Andrade Santos e Sami Kuperchmit sofreram a primeira derrota judicial. A dupla foi condenada a três anos de prisão pelo crime de "excesso de exação" (exigir o pagamento de tributos indevidos). A sentença, proferida no último dia 10 pelo juiz substituto Jerry Adriane Teixeira, do Tribunal de Justiça do DF, aplicou a pena mínima para o crime. A máxima pode chegar a oito anos de prisão. Os dois, que também foram condenados a pagar multa equivalente ao valor de um terço do salário mínimo vigente na época, corrigido monetariamente, poderão recorrer da sentença em liberdade.

O Ministério Público do DF, que ofereceu a denúncia contra os auditores, vai recorrer da decisão e solicitar que a pena seja de cinco anos para cada um dos réus. Os promotores também tentaram fazer com que a Justiça determinasse a perda do cargo dos dois no Governo do Distrito Federal, mas ontem o juiz negou o embargo — Sônia e Kuperchmit estão afastados de suas funções por determinação administrativa do GDF. A reportagem tentou contato com o advogado dos condenados. Hudson Ribeiro

Paulo H. Carvalho/CB - 28/4/05



PROPINODUTO CANDANGO: DEPOIS DE SEIS MESES DE ESCUTAS, BANDO FOI DESMANTELADO E PRESO NO DIA 27 DE ABRIL DE 2005 PELA POLÍCIA CIVIL

Fortaleza, que representa Kuperchmit, informou que irá recorrer da decisão. O advogado de Sônia, João Rodrigues Neto, não retornou a ligação da reportagem.

A condenação dos auditores envolve a cobrança indevida de impostos de uma distribuidora atacadista instalada no DF. Em 2003, a empresa Saborelle havia

firmado um Termo de Acordo de Regime Especial (Tare) com o GDF, por meio do qual passou a pagar menos Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Como a empresa descumpriu uma das cláusulas do contrato, o acordo foi rescindido, e a Saborelle deveria pagar o imposto devido. O débito somava

R\$ 153.501,31, mas os auditores Sônia e Kuperchmit, responsáveis por fiscalizar a empresa, cobraram R\$ 410.765,83, caracterizando o crime de exação.

De acordo com a investigação da Promotoria de Defesa da Ordem Tributária, os dois teriam exagerado os valores para depois cobrar propina e reduzir o valor

da dívida. Segundo o Ministério Público, a quadrilha que seria liderada pelos dois contava ainda com a participação de auditores aposentados, contadores e advogados, num total de 12 pessoas. Foram abertas seis ações penais e sete inquéritos para investigar a atuação do grupo. A decisão judicial do dia 10 de abril é a primeira

condenação de integrantes da suposta quadrilha.

Prisões

O bando foi desmantelado no dia 27 de abril de 2005, quando a Polícia Civil deflagrou a Operação Tentáculo. Após seis meses de escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, os policiais prenderam seis servidores públicos do GDF — entre eles Sônia e Kuperchmit, apontados como líderes do grupo —, uma advogada, cinco contadores e um empresário. Com eles, foram apreendidos na ocasião nove armas, nove veículos, US\$ 50,5 mil e R\$ 75,2 mil em espécie. Uma devassa também foi feita em 10 escritórios de contabilidade que eram responsáveis, segundo o MP, por aliciar os empresários e preparar terreno para a extorsão. O episódio ficou conhecido como "propinoduto candango", numa alusão ao esquema semelhante desbaratado meses antes no Rio de Janeiro.

Na época, a Polícia Civil divulgou que a quadrilha teria causado um rombo de pelo menos R\$ 50 milhões aos cofres públicos, referente a impostos ou multas que deixaram de ser pagas por empresas devedoras. Sônia, que tinha um salário próximo de R\$ 20 mil, trabalhava no GDF havia 22 anos. Kuperchmit ganhava em torno de R\$ 15 mil e estava no cargo havia 10 anos. De acordo com as investigações, a máfia do propinoduto chegou a tentar extorquir uma empresa de segurança pertencente ao ex-ministro das Comunicações Eunício de Oliveira.